

IV Encontro Nacional da Anppas  
4,5 e 6 de junho de 2008  
Brasília - DF – Brasil

---

## ATORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE:

### OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (1987-2007).

Joviles Vitório Trevisol (UNOESC)  
Docente Pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da Unoesc – Joaçaba  
joviles.trevisol@unoesc.edu.br  
joviles@uol.com.br

#### Resumo

O propósito fundamental deste artigo é descrever uma experiência de articulação de atores da sociedade civil, formada especialmente por ONGs e movimentos sociais, que surgiu em 1994 com a finalidade de monitorar o projeto intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Trata-se da Coalizão Rios Vivos, uma rede transnacional de atores sociais, composta por cerca de 300 entidades sediadas na América do Sul, Estados Unidos e Europa. De modo mais específico, este trabalho destaca os principais conflitos socioambientais que emergiram em torno do Projeto HPP, envolvendo os governos da região do Cone Sul, as organizações internacionais (especialmente o BID), as organizações indígenas, os movimentos sociais e as ONGs. Ênfase particular é dada às estratégias de ação e oportunidades de poder inauguradas pelos atores sociais na campanha da Hidrovia. Argumenta-se que os novos atores sociais, por meio de suas distintas práticas, lutas e agendas, reintroduzem os ideários da emancipação social e participam da formulação/construção do cosmopolitismo subalterno e de uma globalização contra-hegemônica .

**Palavras-chave:** Atores sociais, meio ambiente, conflitos socioambientais, Hidrovia Paraguai-Paraná.

#### Introdução

Nada cresce de cima para baixo.

Atherton Martin

Em 1988, os países signatários do Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) deram início aos trabalhos de conformação do projeto Hidrovia Paraguai-Paraguai (HPP), uma hidrovia com extensão aproximada de 3.340 Km, ligando o Porto de Cáceres (Brasil) ao Porto de Nueva Palmira (Uruguai). O projeto HPP nasceu no bojo das negociações do Mercosul e, desde seu início, foi apontado como a espinha dorsal do Mercado Comum do Cone Sul e um importante canal de escoamento da produção agrícola da região, especialmente a soja, para o mercado internacional. O grande volume de obras de engenharia proposto pelo projeto nos leitos dos rios Paraguai e Paraná despertou a atenção de uma série de organizações da sociedade civil do Cone Sul e dos USA,

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

especialmente um grupo de entidades ligadas ao movimento ambientalista. Ao perceberem a insustentabilidade do projeto HPP, imediatamente começaram a denunciar os impactos que tal empreendimento provocaria sobre os ecossistemas da região, especialmente na região do Pantanal, e sobre as populações indígenas - cerca de 150.000 pessoas - que vivem na região e que dependem diretamente destes rios para a sua sobrevivência física e cultural. Durante a Eco-92, as organizações da sociedade civil aprofundaram as análises sobre o projeto HPP e começaram a discutir a formação de uma articulação transnacional para monitorar o projeto. Em dezembro de 1994, em seminário internacional realizado em São Paulo, foi criada a Coalizão Rios Vivos, uma rede formada por mais de 300 entidades civis de diferentes países. Com a mobilização das ONGs e dos movimentos sociais, o projeto HPP tornou-se polêmico e em torno dele estruturou-se um campo de conflito. De interesse exclusivo do Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Hidrovia foi, gradativamente, se convertendo numa polêmica mundial. No centro dos conflitos esteve sempre o patrimônio ambiental da região e a utilização das águas e dos recursos hídricos para a navegação. A região de abrangência do projeto HPP envolve uma população de aproximadamente 17 milhões de pessoas. Dessas, 150.000 são indígenas, pertencentes a 24 diferentes etnias, a maioria sediada no Paraguai (TREVISOL, 2007).

O presente artigo apresenta um balanço dos principais conflitos socioambientais que emergiram em torno do Projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná no período entre 1987 e 2007, envolvendo os governos nacionais da região do Cone Sul, os movimentos sociais, as ONGs e as agências financiadoras, especialmente o BID. As bases deste artigo se encontram em duas pesquisas desenvolvidas pelo autor, que deram origem a uma tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP, em 2000, e em um estágio de pós-doutorado desenvolvido durante o ano de 2006, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a orientação do professor Boaventura de Sousa Santos. Trata-se de uma tentativa de compreender os movimentos, as organizações e as práticas civis locais e globais no contexto das transformações societárias e políticas em curso, enquanto dinâmicas constitutivas e transformadoras dos processos de globalização. Que papel esses atores vêm assumindo? Que ausências estão denunciando? O que tais iniciativas e redes cidadãos fazem emergir? Argumenta-se que os novos atores sociais, por meio de suas distintas práticas, lutas e agendas, reintroduzem os ideários da emancipação social e participam da formulação/construção do cosmopolitismo subalterno e de uma globalização contra-hegemônica .

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

#### **1- As primeiras articulações**

Em 1990, o governo brasileiro candidatou-se e foi aceito para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ciente da relevância desse encontro de cúpula para o debate da problemática ambiental e deliberação de políticas para seu enfrentamento e, também, atento às oportunidades que o evento abriria aos atores da sociedade civil para expressar suas posições, um grupo de movimentos sociais e de organizações não-governamentais (39 ao todo) criou, nesse mesmo ano, em São Paulo, o *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

A adesão foi rápida e numerosa. Um ano depois, cerca de 1.200 instituições (ONGs, sindicatos, movimentos sociais, instituições acadêmicas etc.) já haviam aderido. Cada região do Brasil sediou um Encontro Nacional do Fórum. Ao todo, foram oito. No oitavo encontro, realizado em fevereiro de 1992, em Belo Horizonte, foi aprovado o Relatório do Fórum, intitulado *Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros (RELATÓRIO DO FORUM, 1992)*.

Durante a fase preparatória da Rio-92, as entidades civis dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso criaram, em 1991 e 1992, respectivamente, o Fórum Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (FORMAT) e o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD). O ecossistema pantaneiro e o projeto HPP foram gradativamente sendo introduzidos na agenda de discussões desses dois fóruns regionais e no âmbito do Fórum Nacional.

Em 1993, a organização não-governamental Wetland for the Américas/Humedales para las Américas, com escritórios nos Estados Unidos e na Argentina, publicou um estudo científico sobre os impactos físicos, biológicos e sociais do projeto HPP, desenvolvido por renomados pesquisadores das Bacias dos Rios Paraguai e Paraná e dos ecossistemas pantaneiros (BUCHER et al, 2004). Em relação às respostas até aquele momento dadas pelas ONGs ao projeto HPP, delineado no Relatório Internave (1990) essa iniciativa tanto introduz um conjunto novo de argumentos quanto uma outra lógica de argumentação: menos política e mais científica. Essa é a primeira produção científica promovida e patrocinada pelas ONGs com o propósito de avaliar os impactos e a viabilidade econômica do megaprojeto Hidrovia.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Com a publicação dessa pesquisa, um recurso novo e relevante é introduzido pelas ONGs na campanha de monitoramento da Hidrovia: o saber especializado. A produção de estudos científicos independentes sobre o projeto HPP foi se tornando uma necessidade cada vez mais imperiosa às ONGs e aos movimentos sociais envolvidos na campanha da Hidrovia. Tanto a mobilização das entidades e o fortalecimento das articulações, quanto o poder de convencimento ou o impacto das denúncias realizadas pelas ONGs, dependiam de dados científicos consistentes.

No segundo semestre de 1993, as ONGs brasileiras CEBRAC e ICV, com o apoio técnico e financeiro do WWF - seção brasileira - dão um segundo passo nessa direção. Elaboram um estudo para analisar a viabilidade econômico-financeira do Relatório da Internave. Em setembro de 1994, foi publicado esse segundo questionamento técnico-científico com um título, por sinal, bastante sugestivo: *Hidrovia Paraguai-Paraná. Quem Paga a Conta?* Por meio de uma análise detalhada das principais premissas econômicas do Relatório Internave e das promessas desenvolvimentistas nele presentes, o estudo *Quem Paga a Conta?* (CEBRAC/ICV/WWF, 1994) demonstrou a inviabilidade econômica do projeto HPP e, similar ao que fez o relatório elaborado pela Humedales para Las Américas, alertou para os profundos impactos ambientais. Tão logo publicado, o estudo passou a ser amplamente utilizado, sobretudo pela imprensa, como base de informações sobre a Hidrovia. Importantes jornais brasileiros publicaram matérias sobre o estudo.

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1994 (7, 8 e 9), o FORMAD e o FORMAT, com o apoio financeiro do WWF, organizaram um primeiro seminário nacional para discutir a situação do Pantanal Mato-Grossense e manifestar a preocupação das entidades da sociedade civil ante os processos de degradação ambiental, social e cultural em curso. Realizado no Município de Chapada dos Guimarães (MT), o seminário contou com a presença de representantes de 45 entidades (movimentos sociais, grupos de pesquisa científica, universidades, representantes de associações profissionais, ONGs locais, nacionais e internacionais). Ao final do encontro foi aprovada uma declaração conjunta, a *Carta da Chapada dos Guimarães*, por meio da qual os participantes manifestam publicamente suas posições.

### **2- O Seminário Internacional de São Paulo e o surgimento da Coalizão Rios Vivos**

Realizado entre os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 1994, nas dependências do Parlamento Latino Americano, em São Paulo, esse seminário foi concebido durante o encontro de Chapada dos

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Guimarães para ser um fórum internacional de discussão sobre a problemática da Hidrovia e, sobretudo, uma instância de articulação das ONGs dos países da Bacia da Prata e dessas com outras entidades da Europa e dos Estados Unidos. Cerca de setenta entidades da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Canadá e Holanda participaram desse seminário, representantes do movimento ambientalista, populações indígenas, comunidades tradicionais, direitos humanos e Universidades. Representantes do BID e do PNUD também estiveram presentes. O CIH não enviou representantes. A imprensa nacional dispensou uma considerável cobertura a esse evento.

Com o Seminário de São Paulo, a articulação entra em nova fase. A mobilização deixa de ser circunscrita regional e nacionalmente para agregar lideranças e entidades de vários países. O movimento internacionaliza-se ainda mais, ganhando o formato de rede. Decide-se criar uma coalizão internacional, chamada Rios Vivos. No Seminário de São Paulo foi decidido também o *modus operandi* da coalizão. Foi escolhida uma Equipe de Coordenação. Cada país afetado pelo projeto HPP indicou, ao menos, uma entidade.<sup>1</sup>

### 3. Uma proposta de participação pública

Em outubro de 1994, o FORMAD e o FORMAT enviaram uma carta ao BID, PNUD e CIH, manifestando a firme intenção de influir no processo decisório e solicitando a essas instituições que abrissem canais de negociação com os diferentes atores da sociedade civil.<sup>2</sup> Em dezembro, por ocasião do Seminário Internacional de São Paulo, essas agências foram convidadas a discutir com as ONGs e demais entidades presentes, os impactos do projeto HPP. No conjunto da programação do Seminário, a manhã do dia 09 foi destinada ao CIH, BID e PNUD para que apresentassem a "visão oficial" do projeto. O PNUD foi representado por Jasper Andersen e o BID, por Marco Ehrlich. O CIH não enviou qualquer representante.

---

<sup>1</sup> - Para representar e aprofundar os trabalhos da coalizão na Argentina foi escolhida a Fundación Kattan; no Paraguai, a ONG Sobrevivência; no Uruguai, a Red de Ecología Social (REDES); na Bolívia, a Asociación Ecológica del Oriente (ASEO) e a Central de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB); no Brasil, o Fórum Permanente do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (FORMAT); o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e o Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC). Tendo em vista que a principal instituição financiadora do projeto HPP tinha sede nos USA - o BID - foi considerada importante a participação da ONG americana International Rivers Network como membro da Coordenação. A ONG holandesa Both Ends foi indicada como representante do continente europeu, dada sua capacidade de mobilização naquele continente. A Equipe de Coordenação passou a ser a principal instância decisória da Coalizão, cabendo a ela deliberar sobre os objetivos, as metas, as estratégias e as ações da rede.

<sup>2</sup> A íntegra da carta pode ser encontrada em: ICV/ECOA/IRN. Dossiê Hidrovia, N. 1, 1995.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

A tomar pelas declarações de Marco Ehrlich reproduzidas nos jornais, as posições do BID nesse seminário foram bastante cautelosas. O Banco, afirmou Ehrlich, "não reconhece os estudos preliminares sobre a hidrovía feitos pela Internave e, por enquanto, não tem nenhum compromisso em financiar a obra." <sup>3</sup> Ante à solicitação das ONGs por acesso às informações, transparência e participação nos processos decisórios, os representantes do BID e PNUD solicitaram às ONGs no Seminário de São Paulo que redigissem uma *proposta de participação pública*. Em janeiro de 1995, a proposta <sup>4</sup> foi enviada ao BID, PNUD e CIH. Essa proposta de participação pública foi discutida com o BID e o PNUD nos meses seguintes.

No final de junho, por ocasião de sua II Reunião de Coordenação, realizada na cidade de Assunção, entre os dias 29 e 30 de junho e 01 de julho, a Coalizão Rios Vivos voltou a convidar o BID, PNUD e o CIH para discutir mecanismos de participação da sociedade civil. O BID e o PNUD enviaram representantes; o CIH novamente não enviou representantes. Interpretada como evidência de desinteresse, essa nova ausência do CIH levou as ONGs a redigirem a *Carta de Asunción*, <sup>5</sup> um manifesto no qual reclamam da postura do CIH e pedem a imediata **suspensão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e de impacto ambiental** que vinham sendo desenvolvidos pelos consórcios HLBE e TGCC. Apesar de todas as tentativas, até aquele momento nada de substantivo as ONGs haviam conseguido. O reduzido sucesso nas negociações com as instituições promotoras do projeto HPP, foi o fator decisivo à feitura da *Carta de Asunción* e, com ela, o pedido de suspensão dos estudos.

### 4- Uma denúncia internacional midiaticizada

Em agosto de 1995, um novo e importante recurso é introduzido na campanha de monitoramento da Hidrovía. A entidade ambientalista internacional WWF, com a colaboração da Fundação CEBRAC e do ICV, mobilizou sua privilegiada estrutura organizacional e sua experiência em campanhas de mobilização da opinião pública para produzir um vídeo-denúncia sobre os impactos socioambientais que o projeto HPP poderia provocar no Pantanal. No título, uma síntese do conteúdo e das principais posições que o WWF vinha defendendo sobre a Hidrovía: *O Pantanal vai virar sertão* (WWF, 1995).

---

<sup>3</sup> - Trecho de entrevista publicado em: Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 dez. 1994. p. 07.

<sup>4</sup> - Uma versão completa da Proposta de Participação Pública pode ser encontrada em: ICV/ECOIA,IRN. Dossiê Hidrovía, N. 1, 1995.

<sup>5</sup> - Cópia dessa carta foram enviadas aos Sr.s Marko Ehrlich (BID), Marco Borsotti (PNUD) e Jesus Gonzalez (CIH). A íntegra da Carta de Asunción pode ser encontrada em Dossiê N. 3. Secretaria Executiva. Reunião de Rosário, 1996.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

No dia 07 de agosto, o WWF reuniu a imprensa em sua sede brasileira, na cidade de Brasília, e anunciou o lançamento mundial da campanha. No mesmo dia, cerca de 300 emissoras de televisão do mundo receberam cópias do vídeo ou imagens dele transmitidas, de Londres, via satélite. No Brasil, as imagens foram matéria nos principais telejornais da noite do dia 07. Imediatamente ao lançamento do vídeo, o Governo brasileiro emitiu uma nota qualificando de leviana a atitude do WWF. Marcelo A. Moraes Jardim, então Ministro da Divisão da América Meridional do Itamaraty, definiu o vídeo de "inteiramente infundado".<sup>6</sup>

No conjunto das estratégias adotadas pelas ONGs na campanha, o lançamento do vídeo revelou-se de suma importância por que inseriu definitivamente o polêmico projeto da Hidrovia na opinião pública internacional. Ele despertou a consciência ecológica da opinião pública sobre os impactos socioambientais da Hidrovia, especialmente sobre a região do Pantanal. A tomar pelos acontecimentos posteriores, fica evidente que o vídeo inseriu um ingrediente novo na polêmica da Hidrovia.

Até julho de 1995, o CIH havia silenciado completamente em relação aos reclames das ONGs. Neste mês, durante sua XIX<sup>a</sup> Reunião, realizada em São Paulo, o CIH tomou uma importante decisão. Decidiu dar maior prioridade às questões ambientais e criou o Grupo Assessor Ambiental. Durante esta reunião, decidiu-se também agendar uma outra reunião, de caráter extraordinário, envolvendo os Chefes de Delegação do CIH, para o dia 22 de agosto, na cidade de Buenos Aires, para discutir pontualmente as questões ambientais do projeto HPP.

Nos dias que antecederam a reunião de Buenos Aires, as ONGs foram positivamente surpreendidas por um convite feito pelo então Presidente de Turno do CIH, o Ministro Marcelo A. Moraes Jardim. Poucos dias após o lançamento do vídeo "O Pantanal Vai Virar Sertão", o ministro convidou algumas ONGs a participarem da reunião do CIH a fim de exporem suas posições e demandas. Era, de fato, a primeira vez que o CIH se propunha a ouvir as entidades da sociedade civil. Quatro representantes das ONGs participaram: Gonzalo Castro, do WWF-USA; Maurício Galinkin, representando o WWF-Brasil e também a Coalizão Rios Vivos; Pablo Canevari, da entidade Humedales para Las Américas e Sílvia Ribeiro, representando a Coalizão Rios.

Na Ata Final da reunião, nos seus incisos VI e VIII, o CIH registra a reunião com as ONGs e firma o compromisso para, nos dias 27 e 29 de setembro, reunir o recém criado Grupo Assessor Ambiental para analisar as posições das ONGs. Exatamente uma semana após a reunião de Buenos

---

<sup>6</sup> - Afirmação expressa em: "Vídeo-Denúncia. ONG diz que hidrovia vai destruir Pantanal". O Globo, 08 ago.1995. p . 15;

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Aires, no dia 30 de agosto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através de sua Secretaria de Imprensa, divulgou um Comunicado à imprensa tornando público quatro itens, que segundo o próprio Comunicado, teriam resultado de um acordo firmado em Buenos Aires entre o CIH e as ONGs.<sup>7</sup>

O Comunicado reconhece e admite claramente os pleitos das ONGs. É inegável que a reunião de Buenos Aires marcou uma mudança de postura do CIH em relação à Hidrovia. No dia seguinte à publicação do Comunicado, o então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo de Moraes Jardim, recebeu membros da Coalizão Rios Vivos em Brasília para uma conversa que, apesar de ter sido agendada semanas antes, era a **primeira reunião** entre um representante do Governo brasileiro - e, naquele momento, Presidente do CIH - com as ONGs brasileiras.

A essa altura, o projeto HPP já havia transposto os limites geopolíticos dos países do Cone Sul. Já preocupava e mobilizava pessoas, ONGs, pesquisadores, mídia, etc., de diferentes partes do mundo. Havia se convertido, de fato, num conflito socioambiental de escala planetária. Os governos e as demais instituições financiadoras do projeto, em escala progressiva, eram pressionados a prestar informações, tornar público os documentos e, especialmente, a rever o próprio projeto.

Nos primeiros dias de setembro de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu um grupo de deputados da União Européia que vieram manifestar a preocupação do Parlamento Europeu com os impactos ambientais da Hidrovia sobre o Pantanal. No dia seguinte, em 05 de setembro, o então Presidente enviou uma correspondência ao Parlamento da Comunidade Econômica Européia, afirmando que o Governo brasileiro partilhava das mesmas preocupações e informava que no dia 22 de agosto havia ocorrido uma reunião em Buenos Aires entre o CIH e um grupo de ONGs ambientalistas, da qual havia resultado um acordo sobre os critérios básicos a serem considerados para a elaboração dos estudos técnicos do projeto HPP. No dia 14 de setembro de 1995, quando de sua estada na cidade de Bruxelas, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com as ONGs da Europa para discutir o tema da Hidrovia.

Nos primeiros dias de outubro, a Coalizão Rios Vivos enviou correspondência ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, informando-o sobre os empecilhos que o CIH vinha colocando no processo de negociação com as ONGs. Em outubro, um conjunto novo de dados científicos sobre o Pantanal é publicado e as discussões científicas sobre os impactos ambientais do

---

<sup>7</sup> - Comunicado à Imprensa. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Secretaria de Imprensa. INFOCRED, N. 417, 30 ago. 1995).



## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

projeto se aquecem novamente. O professor Victor Miguel Ponce, um renomado engenheiro ambiental da Universidade de San Diego (USA) e colaborador das ONGs, publicou um importante estudo sobre a hidrologia do Pantanal, intitulado “Impacto Hidrológico e Ambiental da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal Matogrossense. Um estudo de Referência” (PONCE, 1995).

### 5- A primeira reunião de participação pública

A campanha contra o projeto de Hidrovia não parava de ganhar adesões. Em dezembro de 1995, a Conservation International, uma entidade ambientalista norte-americana com escritório na cidade de Campo Grande, lançou um vídeo de 18 minutos intitulado: *Pantanal de Viva Voz: A novela da Hidrovia (CI, 1996)*. Destinado ao público brasileiro, especialmente a estudantes, professores, ONGs e mídia, o vídeo reproduzia diversas "vozes" do Pantanal: ecologistas, pesquisadores, indígenas e empresários.<sup>8</sup>

A maior evidência, no entanto, de que a pressão das ONGs estava produzindo mudanças no interior do CIH (de postura e de posição) veio em dezembro de 2005, quando o então Ministro Marcelo de Moraes Jardim, ainda Presidente de Turno do CIH, convidou as ONGs para a **primeira reunião de participação pública**, na cidade de Maldonado, no Uruguai. Além do CIH e das ONGs, a reunião envolveu representantes do BID, PNUD e dos consórcios TGCC e HLBE.

A reunião teve duas partes. A primeira realizou-se no dia 05 de dezembro e prestou-se a esclarecimentos. No dia 06 ocorreu a segunda parte da reunião, mais restrita e destinada a discutir um plano de participação pública entre o CIH e as entidades da sociedade civil. Receosos de que a reunião de Maldonado se limitasse a um jogo de retórica, os representantes da Coalizão Rios Vivos foram à reunião com propostas bem definidas. Apresentaram ao CIH os seis itens considerados condição *sine qua non* para o sucesso de qualquer processo de participação da sociedade civil: (I) Acesso irrestrito às informações; (II) Nome dos técnicos responsáveis pelos estudos de impacto ambiental do projeto HPP; (III) Cronograma oficial de produção de documentos e tomada de

---

<sup>8</sup>-Entre os depoimentos reproduzidos, um deles era o do então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo de Moraes Jardim. Um depoimento, por sinal, bastante enfático: “Quanto à questão do Pantanal, é fundamental que seja repetido, porque nunca é demais, que não haverá obra, que não haverá retificação de curso do rio, que não haverá corte de curva de rio, que será mantida a sinuosidade, que será mantido o rio tal como ele é hoje e que tem sido sempre, e que serão apenas feitas as instalações daqueles instrumentos básicos de balizamento e de sinalização”.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

decisões; (IV) Processo de participação pública devidamente planejado e (V) Audiências públicas qualificadas; (VI) Documentação das reuniões públicas.<sup>9</sup>

Surpresa ou não, as propostas da Coalizão Rios Vivos foram aceitas praticamente na íntegra pela Secretaria Executiva do CIH. Ao final da reunião, o CIH e as ONGs firmaram um Comunicado Conjunto. A reunião de Maldonado marca uma mudança de postura do CIH.

### **6. A segunda reunião de participação pública**

Em resposta à insistente solicitação da Coalizão Rios Vivos por um processo de participação pública e acesso às informações, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos primeiros meses de 1996, concedeu ao CIH a cifra de US\$ 145.000 dólares para fins de "assistência técnica não reembolsável à difusão de informações e consulta sobre o projeto HPP". Em março, o CIH enviou a Rios Vivos parte dos estudos de impacto ambiental. Um mês depois, outra remessa de disquetes. Em sua XXI Reunião, realizada entre os dias 11 e 12 de abril, o CIH decidiu utilizar os recursos repassados pelo BID para viabilizar uma reunião de participação pública no dia 20 de junho na cidade de Assunção e contratar uma empresa para gerir essa e outras audiências públicas.<sup>10</sup> Meses depois, a empresa norueguesa Norplan A. S. foi contratada para executar o contrato. A data da referida reunião foi modificada várias vezes. De 20 de julho, para o dia 22, e depois, para o dia 24, quando de fato ocorreu.

Apenas oito ONGs participaram da reunião; nenhuma do Brasil. A organização indígena brasileira, o ITC, publicou uma nota à imprensa no mesmo dia afirmando não ser possível considerar democrática essa reunião, dado que o CIH não respondeu às demandas apresentadas pelas organizações indígenas e, sobretudo, não enviou as passagens ao deslocamento de suas lideranças, prometidas durante o Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia do Prata.<sup>11</sup> A entidade ambientalista WWF considerou a reunião "deficiente e desordenada".<sup>12</sup> A organização indígena paraguaia encarregada de organizar a participação dos índios à reunião de participação pública, a

---

<sup>9</sup> - Uma descrição completa das propostas apresentadas pela Rios Vivos, ver: Boletín de Comunicación Rios Vivos, N. 1, febrero 1996, Montevideo, p. 19.

<sup>10</sup> - Ver: Informe Final de la XXIª Reunion del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, abril de 1996.

<sup>11</sup> - Uma versão completa dessa nota está em: Boletín de Comunicación Rios Vivos. Montevideo, N. 2, agosto de 1996, p. 21.

<sup>12</sup> - Ver: Boletín de Comunicación Rios Vivos. Montevideo, N. 2, agosto de 1996, p.17.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Coordinadora de Pueblos Nativos de la Cuenca de Río Pilcomayo, se quer foi convidada pelo CIH. Ao término da audiência pública de Assunção foi redigido um comunicado intitulado "A Puertas Abiertas", no qual o CIH reconhece explicitamente a necessidade de considerar os impactos sobre as populações indígenas, sobretudo porque tais comunidades, além de terem uma série de direitos já positivados nas Constituições de seus respectivos países, possuem direitos reconhecidos internacionalmente.<sup>13</sup>

### **7- A terceira reunião de participação pública**

A reunião aconteceu no dia 30 de novembro de 1996. Logo no início da reunião, as ONGs e o CIH divergiram quanto à metodologia a ser adotada na audiência. Por fim, o CIH concordou em franquear a palavra a todos os presentes que desejassem fazer comentários ou perguntas sobre os estudos e concedeu 90 minutos para as ONGs apresentarem suas posições. Cerca de 180 pessoas estiveram presentes, a maioria representante de ONGs e comunidades indígenas. Segundo a própria avaliação das ONGs, esta foi a maior e a mais autêntica reunião de participação pública. A fase preparatória da reunião cumpriu as exigências das ONGs, inclusive a de ser anunciada pela mídia local com antecedência. Os estudos de impacto ambiental, elaborados pelos consórcios HLBE e TGCC foram apresentados pelo engenheiro Jorge Abramian, representante de uma das empresas que participou dos estudos do Módulo 2 - a Taylor Engineering. A tomar pelas matérias publicadas nos jornais, as organizações da sociedade civil monopolizaram as discussões. Além da força política decorrente de sua expressiva presença à reunião, as ONGs apresentaram-se novamente munidas de argumentos técnico-científicos.

A convite das ONGs e "sem receber um dólar por isso"<sup>14</sup> Hamilton analisou detalhadamente os relatórios da TGCC e demonstrou a existência de falhas na metodologia utilizada e, em decorrência, a subestimação dos impactos das obras sugeridas sobre o sistema hidrológico do rio Paraguai e do Pantanal. Em sintonia com os resultados do trabalho de Ponce (1995) e com os pareceres elaborados por especialistas convocados pelo CIH ao Seminário Hidrológico, Hamilton previu, neste trabalho (HAMILTON, 1996), o secamento de regiões inteiras do Pantanal caso as

---

<sup>13</sup> - O comunicado cita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, já ratificada pela Argentina, Paraguai e Bolívia, como um desses instrumentos jurídicos internacionais. Pela Convenção, os povos indígenas têm o direito sobre suas terras e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

<sup>14</sup> - Afirmação pelo Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos, em entrevista realizada no dia 27/10/1998, na cidade de Campos Grande.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

obras de engenharia propostas fossem executadas. As críticas de Hamilton não estavam solitárias. As deficiências dos estudos vinham sendo apontadas por diferentes pesquisadores e organizações. Depois de consumirem cerca de US\$ 7.5 milhões, os resultados revelavam-se incompletos e deficientes.

Às ONGs, era fundamental cercar-se de competência técnica e de pesquisadores renomados para proceder uma análise detalhada dos relatórios. Em virtude da firme decisão do BID de não financiar qualquer obra que acarretasse impactos ao meio ambiente, a denúncia de falhas nos estudos dos consórcios era uma forma legítima e relevante de retardar a liberação dos fundos e, até mesmo, afastar definitivamente qualquer possibilidade de financiamento. Em grande medida, o futuro do projeto HPP dependia desses pareceres técnicos.

Os estudos de impactos ambientais estavam tomados pelas disputas políticas. Aos Governos, era essencial defender os estudos e argumentar a inexistência de outros impactos ambientais. A crítica aos estudos traria, inevitavelmente, atraso no início das obras e novo desgaste político ao CIH. Enquanto o Secretário Executivo do CIH prometia não realizar obras antes que novos estudos de impacto ambiental fossem realizados, uma draga argentina estava em plena operação na parte boliviana do Canal Tamengo. A novela da Hidrovia realmente não havia terminado.

### **8. O Canal Tamengo e a "inauguração" da Hidrovia**

De fato, o governo boliviano havia iniciado obras de dragagem no Canal Tamengo antes dos estudos de impacto ambiental do consórcio TGCC estarem devidamente concluídos e aprovados. Nos primeiros dias de dezembro de 1996, as ONGs mobilizaram uma série de estratégias para impedir que a draga prosseguisse dragando o leito do Canal Tamengo. Promoveram diversos seminários na região próxima ao canal, alertando a população; enviaram correspondência ao BID e ao PNUD, comunicando o fato; denunciaram junto à mídia local e internacional; redigiram e enviaram um relatório ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando imediata suspensão das atividades da draga em território brasileiro e, por fim, acionaram a Procuradoria de Justiça de Meio Ambiente de Corumbá.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> - Sobre as iniciativas tomadas pelas ONGs, ver: Annual Report Rios Vivos, 1996. Item 36

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

As denúncias mobilizaram o PNUD que, logo no dia 05 de março de 1997, enviou carta ao CIH, solicitando esclarecimentos. No Brasil, o fato despertou reação imediata em diferentes instâncias do Estado brasileiro e na grande imprensa.

No Brasil, as vozes contrárias à construção da Hidrovia se avolumavam e já não estavam mais circunscritas ao universo das ONGs. Alguns jornais e revistas de grande circulação do Brasil passaram a denunciar a insustentabilidade do projeto HPP. Dantes, as matérias, além de serem curtas, limitavam-se a noticiar as polêmicas entre as ONGs e o CIH.

Enquanto os questionamentos não paravam de crescer, o então Secretário Executivo do CIH e os Presidentes Carlos Menen (Argentina), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai) e Julio Maria Sanguinetti (Uruguai) inauguravam, no dia 11 de fevereiro de 1997, em Buenos Aires, o primeiro trecho da Hidrovia Paraguai-Paraná. Inauguravam a dragagem e balizamento entre a Província de Santa Fé e o Oceano Atlântico, com uma extensão de 1.722 Km e orçado em cerca de US\$ 1 bilhão de dólares. O então Presidente Fernando Henrique Cardoso, alegando compromissos de agenda já assumidos, enviou o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves. A ausência do Presidente brasileiro pode ser interpretada como uma decisão estratégica de evitar o descumprimento do acordo firmado com as ONGs em Campo Grande e também demonstrar que o projeto HPP já não mais figurava entre as prioridades do Brasil. O ato de inauguração da Hidrovia gerou nova onda de protestos por parte das ONGs.

### **9- A XXIV reunião do CIH e uma defesa branda da Hidrovia**

Uma clara mudança de posição sobre o projeto HPP estava em curso. Uma análise de discurso de algumas entrevistas publicadas pelos jornais por ocasião da XXIV reunião do CIH, realizada em Cuiabá (MT), entre os dias 03 e 04 de julho de 1997, torna evidente o exercício retórico por parte de alguns tomadores de decisões do Governo brasileiro de reinventar um "outro" projeto HPP.

A bem da verdade, essa mudança de "discurso" sobre a Hidrovia vinha se evidenciando desde o início de 1997. A partir de junho de 1997, no entanto, essa mudança ficou mais explícita. Durante o primeiro *workshop* com a mídia, realizado na primeira quinzena, o então Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Gustavo Krause, fez a seguinte declaração sobre o projeto HPP: "Nada será feito para

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

alterar o regime hídrico do Pantanal. A hidrovia, em tese, será algo sustentável e economicamente viável, se não alterar o curso da água".<sup>16</sup>

Passados pouco mais de seis meses de sua conclusão, os relatórios de estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental elaborados pelos consórcios HBLE e TGCC, encontravam-se bastante desacreditados, inclusive no interior do CIH e dos Governos. O desgaste político do CIH era evidente. O governo brasileiro já havia desistido de realizar obras de engenharia em seu território e a Hidrovia que propunha era simplesmente melhoramentos no sistema de navegação já existente.

### **10- Novo estudo independente**

Em agosto de 1997, as ONGs publicaram o quarto estudo técnico-científico independente sobre o projeto Hidrovia. Durante a reunião de Coordenação de Rios Vivos, realizada em Rosário, em outubro de 1996, as ONGs decidiram promover novo estudo independente, envolvendo especialistas de diversas áreas do conhecimento, com o propósito de avaliar minuciosamente os estudos desenvolvidos pelos consórcios HBLE e TGCC. As entidades Environmental Defense Fund (USA) e o Centro Brasileiro de Apoio e Referência Cultural (Brasil), ambas ligadas à Coalizão Rios Vivos, foram escolhidas para coordenar tal iniciativa.

Depois de seis meses de trabalho foram definidos os nomes dos especialistas que comporiam o painel de análise. Foram contratados 11 cientistas de diversas Universidades brasileiras e estrangeiras. Os resultados finais foram publicados, em agosto, no Brasil e nos Estados Unidos, simultaneamente. A publicação brasileira, intitulada *O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Relatório de uma Análise Independente (EDF/CEBRAC, 1997)* foi lançada na Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 19 de agosto em Brasília, um dia anterior à Audiência Pública sobre o projeto HPP, ambas promovidas pela Comissão de Defesa do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Na audiência estiveram presentes, além de Deputados, ambientalistas, lideranças indígenas e jornalistas, o então Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha e a Ministra Chefe da Divisão da América Meridional do MRE, Maria Luiza Viotti. A respeito dos estudos

---

<sup>16</sup> - Depoimento publicado em: Rios do Pantanal não vão sofrer alterações. Correio do Estado, Campo Grande, 16 jun. 1997. p. 05.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

elaborados pelos consórcios HLBE e TGCC, a Ministra Viotti relativizou: "Esses estudos serão usados apenas como parâmetros para um futuro projeto".<sup>17</sup>

Os estudos dos consórcios encontravam-se bastante deslegitimados e a publicação dos resultados do Painel de Especialistas agravou ainda mais esse quadro. Os cientistas convidados enumeraram uma série de deficiências nos estudos.

Em novembro de 1997, a polêmica da Hidrovia chegou aos Tribunais da Justiça Brasileira. Em base no artigo 231, Parágrafo III<sup>o</sup> da Constituição Federativa do Brasil<sup>18</sup>, a Procuradoria da República de Mato Grosso entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal pedindo a paralisação dos estudos e das obras da Hidrovia e a imediata proibição do repasse de recursos para tal empreendimento.

Em janeiro de 1998, essa Ação foi julgada pela Justiça Federal. No dia 19, o Juiz Jeferson Schneider concedeu liminar impedindo à União realizar qualquer estudo ou obra de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná e fixou o descumprimento a uma multa diária de R\$ 100 mil reais. A execução de qualquer obra no leito do rio Paraguai ficou atrelada à realização dos EIA-RIMA e a uma consulta à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sobre os impactos da Hidrovia sobre a população Guató, residente na ilha Ínsua.<sup>19</sup>

Em março de 1998, a delegação brasileira junto ao CIH liderou uma mudança fundamental no projeto HPP. Durante a XXVI reunião do CIH, realizada entre os dias 05 e 06 de março, na cidade de Assunção, surgiu um novo desenho da Hidrovia do Mercosul.

---

<sup>17</sup> - Tanto a afirmação do Ministro Padilha quanto da Ministra Viotti foram reproduzida em: Interesses de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 22 ago.1997. p. B-1.

<sup>18</sup> - Segundo esse artigo, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

<sup>19</sup> - Ainda que não tenha sido a Decisão do Mérito - apenas uma liminar - a decisão do Juiz teve uma repercussão favorável entre as organizações da sociedade civil e atraiu severas críticas da Companhia Docas de São Paulo (CODESP), empresa responsável pela manutenção da hidrovia ente Cáceres e Corumbá e, irritou os armadores. No dia 22, Michel Chaim, o diretor de um dos grupos de armadores mais fortes da região - CINCO/BACIA - enviou carta aberta aos Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando rápidas providências para minimizar os elevados prejuízos. Ver as seguintes matérias:

- 1- Justiça Federal concede liminar suspendendo hidrovia do Mercosul. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 20 jan.1998. p. B1;
- 2- Justiça embarga obras da Hidrovia Paraná-Paraguai. Correio do Estado, Campo Grande, 23 jan.1998. s/p.;
- 3- Carta aberta aos Governadores. Correio do Estado. Campo Grande, 24 jan. 1998. S/p.;
- 4- Hidrovia parada gera grandes prejuízos. Jornal Correio do Estado. Dia 28/01/1998. S/p.;
- 5- Codesp quer derrubar a liminar da hidrovia. Correio do Estado, Campo Grande, 02 fev.1998. s/p.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Por meio de um comunicado <sup>20</sup> foi **oficializada a desistência dos governos da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai de construir a Hidrovia nos termos como vinha sendo proposto pelos consórcios**. O governo brasileiro, de modo particular, formalizou sua decisão de não promover obras de grande envergadura em seu território. O *slogan* proposto pelas ONGs desde o início da campanha da Hidrovia - "**adaptar as embarcações aos rios e não os rios às embarcações**" – é, finalmente, admitido. A decisão do CIH foi elogiada pelas organizações sociais ligadas à Coalizão Rios Vivos porque ela acenava para uma mudança fundamental de concepção e de postura em relação ao Projeto HPP. Apesar de elogiarem o comunicado e reconhecerem a inegável conquista, as ONGs receberam a decisão do CIH com cautela, suspeitando tratar-se de mais uma estratégia do CIH para prosseguir minimizando as objeções e as críticas formuladas pelas organizações da sociedade civil.

Em virtude desse conjunto de disputas, o polêmico Projeto HPP ingressou no judiciário brasileiro. A Procuradoria da República propôs uma ação e a Justiça Federal brasileira decidiu, em dezembro de 2000, que as obras da Hidrovia não poderiam ser implementadas sem que novos estudos de impacto ambiental (IEA/RIMA) fossem feitos. Determinou ainda que o Licenciamento Ambiental para a operação da Hidrovia seja previamente analisado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). A Justiça Federal em Mato Grosso acatou a decisão, determinando que os projetos de instalação de novos portos ou ampliação dos já existentes, assim como obras de acesso aos terminais, aumento de comboios e grandes dragagens somente seriam autorizadas mediante a realização dos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) no trecho entre Cáceres (MT) e a Foz do Rio Apa (MS).<sup>21</sup>

Após essa decisão, em janeiro de 2001, os governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entraram com agravos regimentais junto ao Tribunal Regional Federal solicitando a suspensão do despacho dado pelo Juiz Federal Julier Sebastião da Silva. Os agravos foram julgados pelo juiz do Tribunal Regional Federal (TRF – Primeira Região), Juiz Tourinho Neto, que manteve a decisão anterior, permitindo apenas a realização de dragagens rotineiras para a manutenção do rio Paraguai. A sentença proibiu os licenciamentos parciais e estabeleceu que o IBAMA deveria realizar um só Estudo de Impacto Ambiental para todo o trecho previsto para a Hidrovia em solo brasileiro.

---

<sup>20</sup> - Esse Comunicado encontra-se no Anexo VIII<sup>p</sup> do Informe Final de la XXVI<sup>a</sup> Reunión del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, marzo de 1998.

<sup>21</sup> - Informações extraídas de: [www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br). Acesso em 21 de maio de 2005.



## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Em 2001, o IBAMA enviou ao Ministério dos Transportes um termo de referência, onde constavam as especificações que deveriam aparecer discriminadas no EIA/RIMA. Em 2004, o Governo de Mato Grosso do Sul e o Ministério dos Transportes, através de seu Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (DNIT) solicitaram junto ao IBAMA o licenciamento para realizar dragagem em 1.270 Km do rio Paraguai a fim de viabilizar a Hidrovia. Em julho deste ano, o IBAMA respondeu, negando o pedido de licenciamento para dragagem do rio Paraguai. O IBAMA decidiu não autorizar o licenciamento antes que os EIA/RIMA da Hidrovia Paraguai-Paraná sejam elaborados.<sup>22</sup>

No dia 02 de setembro de 2004, o Juiz Federal Julier Sebastião da Silva julgou o mérito de uma ação do Procurador Pedro Taques e decidiu manter a decisão de impedir os governos estaduais de emitirem licenciamento ambiental a novos empreendimentos no trecho brasileiro da Hidrovia. Esse conjunto de decisões judiciais foi considerado uma importante vitória pela Coalizão Rios Vivos: “As determinações da Justiça são uma vitória do movimento socioambientalista, que durante anos tentou barrar um projeto que acontecia camuflado, com obras isoladas e licenciamentos ambientais estaduais”.<sup>23</sup>

No dia 17 de junho de 2005, o Ministério dos Transportes do Brasil apresentou propostas para atender às exigências da ação judicial que impede a instalação de novos empreendimentos da Hidrovia no território brasileiro. Os novos licenciamentos ambientais continuam suspensos. Os defensores da Hidrovia, entre os quais os governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, prosseguem pleiteando a Hidrovia, sob o argumento de que ela será fundamental para o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. O Governo Federal brasileiro não tem defendido o projeto com ardor, assim como, não tem desistido dele completamente. Em março de 2004, por exemplo, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Nestor Kirchner (Argentina) assinaram a Ata de Copacabana, na qual determinam a “pronta finalização do Estudo Institucional-Legal para as obras na Hidrovia Paraguai-Paraná, a fim de que se possa iniciar o processo licitatório entre todos os países integrantes da Hidrovia”.<sup>24</sup>

As ONGs, por sua vez, prosseguem monitorando. A Hidrovia Paraguai-Paraná continua sendo um dos temas prioritários das organizações ligadas à Coalizão Rios Vivos. As disputas e os conflitos socioambientais em torno da Hidrovia Paraguai-Paraná continuam...

---

<sup>22</sup> - Informações extraídas de: Coalizão Rios Vivos. Ministério tenta acordo para hidrovia Paraguai-Paraná. Disponível em: [www.riosvivos.org.br/canal](http://www.riosvivos.org.br/canal). Acesso em 17 de janeiro de 2007.

<sup>23</sup> - Trecho publicado em: Coalizão Rios Vivos. Hidrovia Paraguai-Paraná. Disponível em: [www.riosvivos.org.br/canal](http://www.riosvivos.org.br/canal). Acesso em 17 de janeiro de 2007, p. 01.

<sup>24</sup> - Ata de Copacabana. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

### Considerações Finais

O conflito socioambiental que se estruturou em torno do projeto da Hidrovia oferece um substrato empírico mais que suficiente para tecer algumas considerações sobre a atuação dos atores sociais e o papel político que têm na atualidade. É inegável o poder de pressão e de influência que esses novos atores da sociedade civil exercem. Longe de superestimar o papel que as ONGs e os movimentos sociais tiveram durante a campanha da Hidrovia, a evolução do conflito descrito - com seus inúmeros atores, interesses, nuances e estratégias – nos permite afirmar que as ONGs exerceram um papel proeminente durante todo o período analisado, obrigando inclusive os governos a desistirem de construir a Hidrovia nos termos como vinha sendo proposta. A Coalizão Rios Vivos provocou mudanças importantes no comportamento e nas posições dos governos e das agências financiadoras. Os atores não-estatais inseriram um conjunto novo de preocupações na agenda de discussão do projeto. As ONGs inseriram uma normatividade distinta daquela que vinha sendo implementada pelos Governos, pelo BID e pelas empresas interessadas no empreendimento. Parafraseando Jacques Rancière (1996), os atores sociais criaram situações de desentendimento. Nas palavras do filósofo francês:

O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura [...] Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras [...] *O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento* (RANCIÈRE, 1996, p. 11, 12 e 14).

Desde sua proposição inicial, o projeto da Hidrovia foi desencadeando um conflito socioambiental, em que os diferentes atores buscavam legitimar suas posições e convencer a opinião pública sobre a veracidade e a pertinência das mesmas. Nos termos de Gramsci, foi travada uma verdadeira “guerra de posição”. A mobilização das ONGs na campanha da Hidrovia teve um grau considerável de eficácia política. De forma absolutamente sintética, as ONGs e os movimentos sociais obtiveram algumas conquistas fundamentais: (i) Conseguiram modificar a posição dos Governos em relação ao projeto HPP, especialmente a do Governo brasileiro que se comprometeu em não promover obras na região do Pantanal; (ii) Construíram uma normatividade política alternativa e distinta daquela que vinha sendo proposta e implementada pelos Governos, pelo BID e pelas empresas interessadas no empreendimento; (iii) Instalaram o debate sobre os impactos ambientais e

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

sociais do projeto HPP e despertaram o interesse da imprensa e da opinião pública internacional sobre o tema; (iv) Denunciaram a falta de transparência, participação e consulta da sociedade civil sobre o projeto; (v) Demonstraram o pouco rigor científico dos estudos oficiais e conseguiram desqualificar o projeto em muitos fóruns nacionais e internacionais.

A Coalizão Rios Vivos atesta o crescente poder político que os atores da sociedade civil vêm exercendo na política mundial atual.

### Referências

ÁREA inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 dez. 1994. p. 07.

BRASIL/MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Comunicado à Imprensa**. Secretaria de Imprensa. INFOCRED, N. 417, 30 ago. 1995.

\_\_\_\_\_. **Ata de Copacabana**. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BUCHER, E. et al. Hidrovia. **Uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná**. São Paulo: Humedales para las Américas / NUPAUB, 1994.

CARTA aberta aos Governadores. **Correio do Estado**. Campo Grande, 24 jan. 1998.

CEBRAC/ICV/WWF. **Hidrovia Paraguai-Paraná. Quem paga a conta? Análise da viabilidade econômico-financeira do Projeto da HPP**. (Texto para discussão). Brasília, 1994.

COALIZÃO Rios Vivos. **Ministério tenta acordo para hidrovia Paraguai-Paraná**. Disponível em: [www.riosvivos.org.br/canal](http://www.riosvivos.org.br/canal). Acesso em 17 de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Hidrovia Paraguai-Paraná**. Disponível em: [www.riosvivos.org.br/canal](http://www.riosvivos.org.br/canal). Acesso em 17 de janeiro de 2007.

CODESP quer derrubar a liminar da hidrovia. **Correio do Estado**, Campo Grande, 02 fev. 1998.

CI. Conservation International. **Pantanal de viva voz: A novela da Hidrovia**. Vídeo. Conservation International, 1996.

CIH. Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. **Informe Final** da XXIª Reunião do Comitê Intergovernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, 12 abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **Informe Final** de la XXVIª Reunión del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, marzo de 1998.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

EDF/CEBRAC. O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. **Relatório de uma análise independente**. Brasília: EDF/CEBRAC, 1997.

HIDROVIA parada gera grandes prejuízos. **Jornal Correio do Estado**. Campo Grande, 28/01/1998. S/p;

HAMILTON, S. **Aspectos hidrológicos del estudio de impacto ambiental para la Hidrovia Paraguai-Paraná. Un crítica con énfase en la región del Pantanal**. 1996 (mimeo).

INTERESSES de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 22 ago.1997. p. B-1.

ICV/ECOIA/IRN. **Dossiê Rios Vivos**. Hidrovia, nº 1. Campo Grande, 1995.

\_\_\_\_\_. **Dossiê Rios Vivos**. Reunião de Rosário, nº. 3. Secretaria Executiva da Rios Vivos, Campo Grande, 1996.

\_\_\_\_\_. **Boletín de Comunicación Rios Vivos**. nº 1, Montevideo, febrero, 1996.

\_\_\_\_\_. **Boletín de Comunicación Rios Vivos**. Montevideo, N. 2, agosto de 1996.

JUSTIÇA Federal concede liminar suspendendo hidrovia do Mercosul. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 20 jan.1998. p. B1;

JUSTIÇA embarga obras da Hidrovia Paraná-Paraguai. **Correio do Estado**, Campo Grande, 23 jan.1998. s/p.

PONCE, V. **Impacto hidrológico e ambiental da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal Matogrossense**. Um estudo de referência, 1995. Disponível em: [www.ponce.sdu.edu/hidrovia\\_report.html](http://www.ponce.sdu.edu/hidrovia_report.html).

RANCIÈRE, J. **O desentendimento. Política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RELATÓRIO do Fórum das ONGs brasileiras. **Meio ambiente e desenvolvimento. Uma visão das ONGs e movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

RELATÓRIO Internave. **Relatório final de estudos da viabilidade econômica da Hidrovia Paraguai-Paraná**. São Paulo: Internave Engenharia, 1990.

RIOS VIVOS. Coalition Paraguay-Paraná-Prata. **Anual Report**, Campo Grande, 1996.

RIOS do Pantanal não vão sofrer alterações. **Correio do Estado**, Campo Grande, 16 jun. 1997.

TREVISOL, J. V. **Atores sociais e meio ambiente**. Chapecó: Argos, 2007.

VÍDEO-Denúncia. ONG diz que hidrovia vai destruir Pantanal. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 08 ago.1995, p. 15.

WWF. Fundo Mundial para a Natureza. **O Pantanal vai virar sertão**. Vídeo, 1995